



# **Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A.**

**Companhia Aberta – CVM nº 2612-3**

**CNPJ/MF nº 12.104.241/0004-02**

## **Proposta da Administração**

**Assembleia Geral Extraordinária de 11 de maio de 2026**

10 de abril de 2026

## ÍNDICE

<b>1. INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA.....</b>	<b>3</b>
<b>2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>3. ANEXO I.....</b>	<b>13</b>

## 1. INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA

A Assembleia Geral Extraordinária da Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. (“Companhia”) foi convocada para o dia 11 de maio de 2026, às 9h00 (a “Assembleia”).

Conforme consta do edital de convocação, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, com participação por meio de sistema eletrônico ou por meio dos mecanismos de votação a distância, inclusive com a possibilidade de envio do Boletim de Voto a Distância, nos termos do artigo 5º, parágrafo 2º, inciso I da Resolução CVM nº 81, de 2022 (“Resolução CVM 81”), sem a possibilidade de comparecimento presencial, para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (1) tomar as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e
- (2) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Orientações detalhadas para participação dos Acionistas na Assembleia estão apresentadas no Manual da Assembleia Geral Extraordinária de 10 de abril de 2026, disponibilizado na página de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.grupooncoclinicas.com/>), na página da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e na sede da Companhia.

## 2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia vem apresentar sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação dos acionistas na Assembleia:

### **(1) Tomar as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025**

As contas dos administradores são instrumentalizados por meio do relatório da administração e das demonstrações financeiras elaboradas pela Diretoria.

Os Auditores Independentes emitiram relatório de auditoria com opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras.

O Conselho Fiscal emitiu parecer opinando pela aprovação em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas do relatório anual da administração, das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2025 e da destinação do resultado na forma constante das demonstrações financeiras.

O relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do relatório dos auditores independentes, do relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, e do Parecer do Conselho Fiscal foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 9 de abril de 2026, divulgados nessa mesma data no site de Relações com Investidores da Companhia e por meio do Sistema Empresas.Net, nos termos da Resolução CVM nº 166, de 1º de setembro de 2022, e serão publicados no jornal “Diário Comercial” em sua edição de 10 de abril de 2026.

Além dos demais documentos aplicáveis, de acordo com a Resolução CVM nº 81 de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81/22”), os documentos abaixo encontram-se disponíveis para consulta na página de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.grupooncoclinicas.com/>), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm>):

- Relatório da Administração;
- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2025;
- Comentário dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência e nos termos da Resolução CVM 81/22, que consta do **Anexo** a esta Proposta;
- Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Parecer do Conselho Fiscal;
- Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras; e
- Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores.

A administração da Companhia propõe a aprovação das contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

### **(2) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de**

**2025**

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 estão acompanhados do relatório dos auditores independentes, do relatório resumido do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal.

Conforme indicado nas demonstrações financeiras da Companhia e nos termos do artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), o resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi um prejuízo no montante de R\$3.623.786.492,47 (três bilhões, seiscentos e vinte e três milhões, setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta e sete centavos). Não há, portanto, lucro líquido do exercício a ser objeto de proposta de destinação ou distribuição de dividendos.

Conforme decisão do Colegiado da CVM de 27 de setembro de 2011 (Processo CVM nº RJ2010/14687), em função de apuração de prejuízo, a Companhia não é obrigada a apresentar as informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81.

A administração da Companhia propõe a aprovação das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do relatório resumido do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

\*\*\*

A equipe de Relações com Investidores da Companhia poderá dirimir eventuais dúvidas acerca desta proposta via e-mail ([ri@oncoclinicas.com](mailto:ri@oncoclinicas.com)).

Atenciosamente,

Bruno Lemos Ferrari  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

**ANEXO**

**Comentário dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência e nos termos da Resolução CVM 81/22**

## **2.1 – Condições gerais: os Diretores devem comentar sobre:**

### **Apresentação das Demonstrações Financeiras e Outras Informações Financeiras**

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e registradas na CVM. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM. Ainda, as informações neste item "2. Comentários dos Diretores", exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro. As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentados, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ou informações financeiras trimestrais ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Conforme descrito neste item 2.1 e nos itens 2.5 e 1.2 deste Formulário de Referência, para o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações), medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), a Companhia optou por fazer um único ajuste referente a provisão do valor justo do plano de incentivo de longo prazo, que se trata de uma provisão e que não houve efeito caixa no exercício, por conta disso a Companhia entende que não se trata de uma despesa operacional e deve ajustar ao cálculo do EBITDA. Para informações adicionais sobre o EBITDA Ajustado, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

## Outras Informações Financeiras

Os Diretores da Companhia acreditam que as medidas não contábeis apresentadas nesta seção e no item 2.5 deste Formulário de Referência representam informações úteis adicionais sobre o desempenho e tendências relacionadas aos resultados operacionais da Companhia e que, quando analisadas em conjunto com as medidas contábeis constantes deste Formulário de Referência, auxiliam um entendimento mais significativo sobre o desempenho operacional e resultados financeiros da Companhia.

EBITDA, Margem do EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem do EBITDA Ajustado, Dívida Bruta, Dívida Líquida e outras medidas baseadas ou derivadas de tais medidas não contábeis não são medidas elaboradas ou reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com denominação similar elaboradas por outras empresas. Apesar de serem utilizadas pela Companhia para avaliar sua situação financeira, resultados operacionais e liquidez, tais medidas não contábeis apresentam limitações, e não devem ser utilizadas de forma isolada ou em substituição às medidas contábeis da Companhia.

### (a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia revisam regularmente métricas de crescimento, liquidez e endividamento da Companhia e, com base nas informações descritas a seguir, entendem que a Companhia está em um cenário de incertezas significativas da continuidade operacional, contudo, destaca-se as implementações de seu plano de negócios e para atender suas necessidades de capital de curto, médio e longo prazos. Esse cenário é fruto de uma série de acontecimentos que afetaram principalmente a liquidez corrente da Companhia, por exemplo, perdas de recursos depositados em instrumentos financeiros do Banco Master, inadimplência da Unimed FERJ e redução das receitas correntes da Companhia fruto de uma revisão da política comercial da Companhia. Entretanto, a Companhia iniciou discussões com seus credores financeiros a fim de reperfilar suas dívidas para um período em que suas operações estejam estáveis e tenha-se retomada a rentabilidade e geração de caixa da Companhia.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em	
	31 de dezembro de	
	2025	2024
(+) Empréstimos (Circulante e Não Circulante) e Instrumentos financeiros derivativos	1.939.592	2.536.938
(+) Debêntures	1.399.343	2.448.108
(+) Contas a pagar de aquisições (Circulante e Não Circulante)	274.001	432.974
<b>Dívida Bruta</b>	<b>3.612.936</b>	<b>5.418.020</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (Circulante e Não Circulante)	(518.245)	(2.018.295)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>3.094.691</b>	<b>3.399.725</b>
Patrimônio Líquido	1.062.407	3.382.425
<b>Índice de Dívida Líquida</b>	<b>2,91</b>	<b>1,01</b>
Passivo Circulante (A)	5.201.940	2.453.206
Passivo Não Circulante (B)	866.443	5.366.701
Patrimônio Líquido (C)	1.062.407	3.382.425
<b>Índice de Endividamento Total (A+B) / C</b>	<b>5,71</b>	<b>2,31</b>

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de endividamento total foi de 5,71. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 518.245 e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 2.820.690, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 2,91.

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de endividamento total foi de 2,31. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$2.018.295 e a dívida líquida bancária totalizava R\$2.966.751, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 1,01. A variação em relação à posição de 31 de dezembro de 2025 ocorreu principalmente devido à posição de caixa no final do período, proveniente, sobretudo, do impacto das provisões sobre os saldos dos depósitos em CDBs do Banco Master.

A Administração não considera as transações de fornecedores risco sacado como parte do cálculo de endividamento.

Para informações sobre os índices de liquidez da Companhia, vide item 2.1(c) abaixo.

(b) **Estrutura de capital**

A tabela abaixo demonstra a composição da estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	6.068.107	7.819.907
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.062.407	3.382.425
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>7.130.514</b>	<b>11.202.332</b>
Parcela de capital de terceiros	85%	70%
Parcela de capital próprio	15%	30%

Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R\$1.062.407, enquanto em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia totalizava um saldo de R\$3.382.425. A variação ocorreu principalmente devido a (i) reconhecimento de *impairment* relacionado a projeções futuras de desempenho operacional de algumas unidades da Companhia em função de resultados abaixo do inicialmente projetado no momento de aquisição e que impactaram significativamente na expectativa de recuperabilidade desses ativos durante o período; (ii) perdas de recursos depositados em instrumentos financeiros do Banco Master e (iii) baixa de ativos fiscais diferidos.

## Capital de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2025, o total de passivos circulantes e não circulantes somavam R\$6.068.107 enquanto em 31 de dezembro de 2024, o total de passivos circulantes e não circulantes eram de R\$7.819.907. Esta variação é explicada, principalmente, pela realização de um aumento de capital social de aproximadamente R\$1.413.452 durante o período.

Não obstante o acima, a Administração acredita que a atual estrutura de capital da Companhia demanda ajustes e reforço de liquidez, os quais vêm sendo endereçados por meio de medidas que estão sendo avaliadas e/ou implementadas, de modo a atender às necessidades das operações e dar continuidade à execução de seu plano de crescimento estratégico. Além disso, a Companhia monitora de forma contínua a evolução do seu capital circulante líquido e, em especial, o perfil de vencimento de suas obrigações financeiras ao longo de 2026.

### (c) **Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras insuficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos no curto prazo. Por esse motivo, a Companhia iniciou um processo de discussão com seus principais credores para refazer o cronograma de amortização das dívidas.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Ativo Circulante	2.896.230	4.660.784
Passivo Circulante	5.201.940	2.453.206
<b>Índice de Liquidez Corrente</b>	<b>0,6</b>	<b>1,9</b>
Ativo Total	7.130.514	11.202.332
(-) Imobilizado	671.533	822.525
(-) Intangível	2.682.389	3.750.517
Passivo Total	6.068.107	7.819.907
<b>Índice de Liquidez Geral</b>	<b>0,6</b>	<b>0,8</b>

Os índices de liquidez geral (representado pelo total do ativo menos imobilizado e ativo intangível dividido pelo total do passivo) e de liquidez corrente (representado pelo ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2025, eram 0,6 e 0,6, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2024 eram 0,8 e 1,9 respectivamente.

A Companhia avalia que seus índices de liquidez corrente apresentam uma situação pressionada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo. Para atender às necessidades de recursos para pagamento de seus compromissos, a Companhia considera acessar linhas de créditos adicionais junto a instituições financeiras, investidores institucionais ou no mercado de capitais, sobretudo por meio de operações de securitização de recebíveis.

**(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

No último exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) aumento de capital privado realizado durante o período; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazo para aquisição de ativos; e (iii) operações de securitização de recebíveis.

Muito embora as fontes de financiamento disponíveis tenham sido suficientes para capital de giro e investimentos no passado, atualmente a Companhia busca alternativas para cumprir suas obrigações financeiras, inclusive reperfilamento das dívidas financeiras e aporte de capital de acionistas.

**(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia pretende continuar a financiar suas operações por meio da geração futura de caixa decorrente de suas atividades operacionais e de operações de captação de recursos junto a instituições financeiras, investidores institucionais ou no mercado de capitais. Previamente à contratação de qualquer operação de captação, a Companhia avalia:

- (i) suas necessidades de caixa e níveis de alavancagem, e seleciona, dentre as opções disponíveis no mercado, as melhores modalidades, considerando, dentre outros, os respectivos custos, prazos, garantias e riscos envolvidos; e
- (ii) a respectiva adequação aos seus objetivos e planos de negócio.

Não obstante o acima, a Administração da Companhia entende que as fontes de recursos que a Companhia tem historicamente utilizado não serão suficientes para atender suas necessidades futuras de capital para o desenvolvimento de suas operações e cumprimento de seus compromissos financeiros. Portanto, de forma conjunta e estratégica da Companhia, estão sendo avaliados potenciais aportes de capital para reforçar a estrutura de capital. Não obstante, a Companhia avalia, de tempos em tempos, novas oportunidades de investimentos, podendo financiar tais oportunidades com o caixa decorrente de suas atividades operacionais pré pagamento de juros e/ou de operações de captação de recursos nos mercados financeiro e de capitais. Isto posto, a Companhia atualmente busca fontes de financiamento para capital de giro a fim de equilibrar suas operações e discute com os credores financeiros um reperfilamento das suas dívidas.

**(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia passou de R\$4.917.207, em 31 de dezembro de 2024, para R\$3.285.844, em 31 de dezembro de 2025. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia se valeu de (i) empréstimos locais junto a instituições de fomento e instituições financeiras privadas e (ii) emissão de valores mobiliários (debêntures, notas promissórias) no mercado local.

**(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Abaixo são descritas as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia e de suas controladas em vigor em 31 de dezembro de 2025:

Empresa	Modalidade	Encargos Financeiros (% a.a.)	Vencimento	31/12/2025	
				Circulante	Não Circulante
				Em milhares de reais	
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	Debênture	CDI + 1,40% a.a.	31/12/2026	373.584	0
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	Debênture	CDI + 1,62% a.a.	31/12/2026	271.610	0
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	CRI	CDI + 1,58% a.a.	31/12/2026	554.566	0
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	CRI	CDI+ 1,25% a.a.	31/12/2026	252.764	0
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	CRI	CDI + 1,30% a.a.	31/12/2026	220.518	0
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	Debênture	CDI + 1,70% a.a.	31/12/2026	198.136	0
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	Debênture	CDI + 1,80% a.a.	31/12/2026	53.434	0
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	CRI	CDI + 1,60% a.a.	31/12/2026	98.876	0
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	CRI	CDI + 1,91% a.a.	31/12/2026	80.988	0
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	CRI	IPCA + 6,70% a.a.	31/12/2026	226.896	0
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	CRI	IPCA + 6,83% a.a.	31/12/2026	74.543	0
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	FINEP	TJLP + 0,50% a.a.	15/12/2031	8.594	42.032
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	CCB	CDI + 1,90%	15/03/2027	1.343	30.000
Oncoclinicas Do Brasil Servicos Medicos S.A.	CCB	CDI + 7,44%	05/02/2026	30.206	
<b>Total</b>				<b>2.446.060</b>	<b>72.032</b>

- Em 25 de março de 2025, foi efetuada a captação de Capital de Giro totalizando R\$30.000 com juros remuneratórios correspondentes a CDI + 1,90%a.a e o vencimento final em 15 de março de 2027.
- Em 30 e dezembro de 2025, foi efetuado a captação de Capital de Giro totalizando R\$ 30.207, com juros remuneratórios correspondentes a CDI + 7,44% a.a. Dívida de curto prazo, vencimento em 05 de fevereiro de 2026
- Em 10 de abril de 2024, a Companhia efetuou sua 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e da espécie quirografária. O valor total da emissão foi de R\$ 800.000 e o vencimento final em 10 de abril de 2029. Os recursos foram utilizados para reestruturação do endividamento da Companhia e para investimentos em CAPEX;
- Em 19 de setembro de 2024, a Companhia efetuou sua 12ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e da espécie quirografária. O valor total da emissão foi de R\$ 190.000 e o vencimento final em 16 de setembro de 2028. Os recursos foram utilizados para o alongamento da estrutura de endividamento e para a redução do custo da dívida da Companhia;

- Em 02 de abril de 2024, a Companhia efetuou a contratação de uma 4.131. O valor total da emissão foi de R\$ 85.000 e o vencimento final em 02 de abril de 2025. Os recursos foram utilizados para o alongamento da estrutura de endividamento e para a redução do custo da dívida da Companhia.

**(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

A Companhia não mantém quaisquer relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras além daquelas já relatadas acima.

**(iii) Grau de subordinação entre as dívidas**

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2025 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

**(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia está sujeita ao cumprimento de índices financeiros, relacionados aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Conforme informado em Fato Relevante de 08/04/2026, a Administração está avaliando a potencial interposição de medida cautelar perante a Justiça visando à proteção em relação à cobrança de credores, tendo em vista a possibilidade de a Companhia vir a descumprir os índices financeiros (Dívida Líquida/EBITDA) referente ao exercício social de 2025, previstos nas escrituras de emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida.

Até a finalização deste documento, não havia sido tomada uma decisão final sobre a efetiva interposição do Pedido Cautelar na Justiça e nem quando seria eventualmente realizada.

Os índices financeiros aos quais a Companhia está obrigada ao cumprimento são listados abaixo:

<b>Índice</b>	<b>Limites</b>
Dívida líquida / EBITDA ajustado <i>pro-forma</i> <sup>1</sup>	Menor que 3,50x
EBITDA ajustado <i>pro-forma</i> / Resultado financeiro líquido	Maior que 1,75x

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a relação entre Dívida financeira líquida / EBITDA ajustado *pro-forma* da Companhia foi de 4,27x.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a relação entre EBITDA ajustado *pro-forma* / Resultado financeiro líquido da Companhia foi de 1,35x.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não estava cumprindo os índices financeiros descritos acima. Entretanto, dos R\$ 2.908.496 de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente impactados pelo não cumprimento dos covenants financeiro, a Companhia obteve *waivers* até o momento para um montante total de R\$ 1.025.760 e não obteve *waivers* para o saldo remanescente de R\$ 1.882.736, os quais estão ainda sob negociação.

Adicionalmente, a Companhia possui debêntures, empréstimos e financiamentos que preveem hipóteses de vencimento antecipado e está sujeita a cláusulas contratuais impostas pelos credores, com o objetivo de mitigar riscos quanto ao recebimento dos recursos emprestados à Companhia, visando estabelecer limites, regras e/ou garantias para que a Companhia cumpra com suas obrigações (*covenants* não financeiros) em caso de:

- Falta de cumprimento da Companhia ou do devedor solidário, no prazo previsto e após período de cura, referente a obrigação pecuniária, principal ou acessória, decorrente do próprio contrato ou de qualquer outra dívida financeira sob sua responsabilidade em valor superior ao permitido;
- Falta de cumprimento da Companhia ou do devedor solidário, no prazo previsto ou após período de cura, de qualquer obrigação não pecuniária prevista no contrato;
- Requerimento de falência, dissolução e/ou apresentação de insolvência, não elidido através de depósito judicial ou contestação dentro do prazo legal;
- Legítimo protesto de título contra a Companhia em valor superior ao permitido, por cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidora, desde que não seja sustado/levantado dentro do prazo de cura;
- Sentença condenatória transitada em julgado contra a Companhia em ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas (se houver) ou cumprimento das obrigações assumidas em valor superior ao permitido;
- Propositura de plano de recuperação extrajudicial pela Companhia e/ou qualquer devedor solidário ao emissor da dívida e/ou a qualquer outro credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerido ou obtido autorização judicial do referido plano;
- Ingresso em juízo pela Companhia e/ou por seu devedor solidário com requerimento de recuperação judicial, independente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão por juiz competente;
- Mudança relevante no estado econômico-financeiro;
- Alteração do estatuto social que modifique de forma relevante o objeto social ou se houver alteração do controle, exceto se previamente aprovado pelo credor;
- Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária, exceto quando: (i) realizada dentro do mesmo grupo econômico; ou (ii) previamente aprovado pelo credor;
- Procedimento administrativo ou judicial relacionados a práticas contrárias a qualquer obrigação anticorrupção prevista na legislação aplicável; e
- Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, após prazo de cura, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia, que afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia.

A Companhia possui nos contratos financeiros descritos no item 2.1 (f.i) e em seus contratos de financiamento cláusulas financeiras e de vencimento antecipado praticadas e usuais do mercado de modo em geral. Além disso, possui cláusulas não financeiras que também se enquadram neste padrão.

Adicionalmente, vale ressaltar que dentre os contratos financeiros descritos no item (i) acima, apenas aquele da modalidade FINEP não estava sujeito a vencimento antecipado cruzado (*cross-default* ou *cross acceleration*).

(g) **Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

A Companhia possui um contrato de financiamento com a FINEP no valor total de R\$93.462, do qual R\$68.671 de valor principal, correspondente a 73,5%, já foram liberados à Companhia. Entretanto a Companhia optou pelo encerramento do projeto vinculado ao FINEP, portanto não haverá novas liberações futuras referentes a esse financiamento.

(h) **Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(em milhares de R\$, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				31/12/2025 x 31/12/2024
	31/12/2025	AV	31/12/2024	AV	AH
Receita líquida	5.739.367	100,00%	6.227.227	100,00%	(7,83%)
Custos dos serviços prestados	(3.953.066)	(68,88%)	(4.166.809)	(66,91%)	(5,13%)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.786.301</b>	<b>31,12%</b>	<b>2.060.418</b>	<b>33,09%</b>	<b>(13,30%)</b>
Despesas gerais e administrativas	(1.361.332)	(23,72%)	(1.396.764)	(22,43%)	(2,54%)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.415.565)	(42,09%)	(775.700)	(12,46%)	211,40%
Resultado de equivalência patrimonial	181	0,00%	(7.901)	(0,13%)	(102,29%)
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(1.990.415)</b>	<b>(34,68%)</b>	<b>(119.947)</b>	<b>(1,93%)</b>	<b>1.559,41%</b>
Receitas financeiras	(1.172.227)	(20,42%)	(536.908)	(8,62%)	118,33%
Despesas financeiras	328.474	5,72%	338.097	5,43%	(2,85%)
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(1.500.701)	(26,15%)	(875.005)	(14,05%)	71,51%
Imposto de renda e contribuição social	(3.162.642)	(55,10%)	(656.855)	(10,55%)	381,48%
<b>Lucro (prejuízo) do Período</b>	<b>(508.465)</b>	<b>(8,86%)</b>	<b>(60.570)</b>	<b>(0,97%)</b>	<b>739,47%</b>

**Receita líquida**

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$5.739.367 comparativamente a R\$6.227.227 no mesmo período de 2024, o que representou uma variação negativa de R\$487.860 ou -7,83%. Esta diminuição é atribuído substancialmente aos seguintes fatores: (i) redução de exposição a fontes pagadoras mais intensivas de capital de giro; e (ii) interrupção da prestação de serviços para fontes pagadoras com alta taxa de inadimplência.

### **Custos dos Serviços Prestados**

Os custos dos serviços prestados da Companhia diminuíram de R\$4.166.809 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, para R\$3.953.066, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, uma redução de 5,13% ou R\$213.743. Essa redução é explicada pela política comercial mais restritiva aplicada pela Companhia ao longo de 2025, resultado da interrupção da prestação de serviços para determinadas fontes pagadoras e otimização de custos pela Companhia, o que impacta diretamente os custos dos serviços prestados.

### **Lucro bruto**

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.786.301 comparativamente a R\$ 2.060.418 no mesmo período de 2024, o que representou uma variação negativa de R\$274.117 ou -13,30%. O lucro bruto representou 31,12% e 33,09% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Essa diminuição é explicada pelos mesmos fatores que impactaram a diminuição da Receita Líquida no período, conforme mencionado no item "Receita Líquida" acima.

### **Despesas gerais e administrativas**

O saldo de despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.361.332 comparativamente a R\$ 1.396.764 no mesmo período de 2024, o que representou uma queda de R\$ 35.432 ou -2,54%. O saldo de despesas gerais e administrativas representou 23,72% e 22,43% da Receita Líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Esta redução é reflexo de todas iniciativas de otimização operacional que a Companhia vem aplicando ao longo do período.

### **Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

Outras despesas operacionais, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$2.415.656 comparativamente com R\$ 775.700 no mesmo período de 2024, o que representou uma variação positiva de R\$1.639.865, ou 211,40%, variação observada pelo reconhecimento de *impairment* relacionado a projeções futuras de desempenho operacional de algumas unidades da Companhia em função de resultados abaixo do inicialmente projetado no momento de aquisição e que impactaram significativamente na expectativa de recuperabilidade desses ativos durante o período.

### **Resultado financeiro, líquido**

O resultado financeiro, líquido decorrente da diferença entre as receitas financeiras e as despesas financeiras, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi negativo em R\$1.172.227 comparativamente a R\$536.908 negativos no mesmo período de 2024, o que representou uma variação negativa de R\$635.319, ou 118,33%. O resultado financeiro líquido representou 20,42% e 8,62% da Receita Líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Esse aumento é explicado pela substancial elevação da taxa de juros de mercado, flutuação cambial entre os períodos em comparação e o provisionamento integral do saldo mantido em CDBs do Banco Master.

### **Lucro (prejuízo) Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

O Prejuízo Operacional Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$3.162.642 comparativamente com um prejuízo de R\$656.855 no mesmo período de 2024, o que representou uma variação negativa de R\$2.505.787. O lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social representou -55,10% e -10,55% da Receita Líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

### **Imposto de renda e contribuição social**

O saldo de Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$508.465 negativos, comparativamente a R\$60.570 negativos no mesmo período de 2024, o que representou uma variação negativa de R\$447.895 ou 739,47%. O saldo de imposto de renda e contribuição social representou -8,86% e -0,97% da Receita Líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

### **Lucro (prejuízo) do exercício**

Em razão dos motivos acima, o prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$3.671.107 comparativamente a um prejuízo R\$ 717.425 no mesmo período de 2024, o que representou uma variação negativa de R\$2.953.682 ou 411,71%. Lucro (prejuízo) do período representou -63,96% e -11,52% da Receita Líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

### **FLUXO DE CAIXA**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos e exercícios indicados:

<b>(em milhares de R\$)</b>	<b>Exercício social encerrado em</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(118.627)	(184.851)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	785.380	(1.721.085)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(704.580)	1.905.411
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(41.195)	40

## **EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

### **Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais**

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou um consumo de R\$ 118.627 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado à um consumo de R\$184.851 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa melhora de R\$66.224, ou 35,83%, é justificada pela eficiência operacional proveniente de todas iniciativas de otimização de caixa que a Companhia promoveu durante o ano de 2025, tais como parcelamento dos valores junto ao principal fornecedor da companhia, antecipações de recebíveis ao longo do trimestre e melhora na rentabilidade da operação.

### **Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento**

O caixa líquido gerado pelas atividades de investimento totalizou um consumo de R\$785.380 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado à um consumo de R\$1.721.085 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação positiva de R\$2.506.465, ou 145,63%, é justificada principalmente pela maior posição de títulos e valores mobiliários proveniente do aumento de capital realizado pela Companhia durante o período.

### **Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento**

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou um consumo de R\$704.580 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado ao caixa líquido gerado de R\$1.905.411 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa diminuição de R\$2.609.991 ou -136,98%, é justificado principalmente pelo menor volume de captações de dívidas e o aumento de capital realizado pela Companhia durante o período.

### **Aumento de caixa e equivalente de caixa**

O aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa totalizou -R\$41.195 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a um aumento de R\$40 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Esta redução de R\$41.235, ou -103.087,50%, é justificada principalmente pela variação do fluxo de caixa de investimento e financiamento explicados acima.

## **2.2 – Resultados: os Diretores devem comentar:**

### **(a) Resultados das operações do emissor, em especial:**

#### **(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita líquida da Companhia é composta, (i) pela receita bruta, que é proveniente dos serviços de saúde prestados pela Companhia, principalmente para operadoras de planos de assistência à saúde, que, por sua vez, incluem materiais clínicos e hospitalares, medicamentos, taxas de uso e diárias, (ii) deduzida dos (a) cancelamentos e abatimentos, que consistem, basicamente das glosas médicas que a Companhia realiza como resultado da não aprovação, por operadoras de planos de assistência à saúde, de determinados procedimentos médicos, medicamentos e/ou materiais realizados e/ou utilizados pela Companhia; e (b) impostos incidentes sobre a receita bruta, correspondentes ao (a) PIS e à COFINS, que são contribuições federais e incidem às alíquotas de 0,65% e 3,0%, respectivamente; e (b) ISS, que é imposto municipal e incide a alíquotas que variam entre 2% e 5%, conforme o município em que a Companhia efetivamente presta serviços de saúde..

#### **(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais**

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais fatores que contribuíram para a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia foram: (i) crescimento orgânico; (ii) aquisições; (iii) parcerias com fontes pagadoras, (iv) parcerias hospitalares e (v) redução de exposição a fontes pagadoras com maior necessidade e pressão de capital de giro.

- **Crescimento Orgânico**

A estratégia de negócios da Companhia inclui projetos de expansão que promovam o crescimento orgânico da Companhia. A oncologia clínica é um negócio altamente escalável, sendo que a demanda pode ser rapidamente suprida por meio de desenvolvimento de projetos Greenfield e Brownfield com o objetivo de expandir a capacidade operacional da Companhia. A Companhia avalia regularmente a ocupação total de suas unidades e gerencia a necessidade de investimentos em expansões.

O crescimento orgânico da Companhia é impulsionado todos os anos pelos novos casos de câncer no país que derivam principalmente de um maior nível de diagnóstico de casos de câncer e de cobertura nacional de planos de saúde privados. Além disso, a precificação dos seus tratamentos é diretamente relacionada com a inflação médica, portanto, todos os anos são negociados reajustes com as fontes pagadoras para que se possa repassar parcial ou integralmente a inflação dos tratamentos. Outro fator importante para a Companhia em termos de crescimento orgânico é a adoção de novos tratamentos mais atuais e tecnológicos que auxiliam no processo de acompanhamento dos pacientes pela Companhia e seus médicos.

Além do crescimento em clínicas de quimioterapia e câncer centers, a Companhia também acelerou seu crescimento orgânico em radioterapia nos últimos anos. Entre 2017 e 2025 houve um processo de modernização e atualização, seguindo a linha de modernização que a Companhia adotou ao longo do ano. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui 31 aceleradores e 5 braquiterapias máquinas de radioterapia nas suas clínicas, gerando uma melhor qualidade de atendimento aos nossos pacientes.

- **Parcerias com fontes pagadoras**

A Companhia possui parcerias com prestadores de serviço e operadoras de saúde como parte da sua estratégia de crescimento. Os Diretores entendem que a estratégia de parcerias gera valor de longo prazo ao negócio devido a previsibilidade de demanda previstas considerada nos contratos e geração de valor a ambas as partes, considerando a sinergia de custos e despesas em unidades especificamente dedicadas para o atendimento dos pacientes.

- **Parcerias hospitalares**

A Companhia possui parcerias hospitalares como parte da sua estratégia de crescimento. Os investimentos realizados pela Companhia, visam à exploração de serviços de oncologia, desenvolvimento e exploração direta de atividades relacionadas a serviços médicos, hospitalares e de assistência à saúde, consultoria técnica para elaboração de protocolos médicos.

Principais acordos vigentes:

(a) Grupo Santa Lúcia

Em 2023, a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Contrato de Parceria com o Grupo Santa Lúcia, compreendendo os hospitais Santa Lucia, Prontonorte e Maria Auxiliadora S.A. A parceria tem como objetivo da operação conjunta das atividades de oncologia de ambas as companhias no Distrito Federal.

(b) Porto Seguro

Em 2022, a Companhia anunciou um acordo com a Porto Serviços para operarem, conjuntamente, um modelo de cuidado integral ao paciente oncológico, garantindo elevada experiência na jornada do tratamento, excelência assistencial e eficiência operacional, prática criada e aperfeiçoada pela Companhia. Nos termos do acordo, a Companhia irá deter 60% do capital social, enquanto a Porto Serviços terá 40%. Em 2023, a operação foi concluída após a aprovação do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

(c) Hospital São Lucas

Em 2019, a Companhia reforçou a parceria com o Hospital São Lucas da PUC/RS por meio de um aditivo ao contrato original, firmado em 2018, para a prestação de serviços oncológicos ambulatoriais (incluindo quimioterapia e radioterapia) aos pacientes do Hospital.

(d) Casa de Saúde São José

Em março de 2020 a Companhia finalizou um acordo com a Casa de Saúde São José, hospital de referência no Rio de Janeiro e parte da Rede Santa Catarina, para uma parceria de longo prazo para o tratamento integrado do paciente oncológico. Como parte da parceria, em 2025 foi construído, anexo ao hospital, uma unidade ambulatorial de excelência dedicada exclusivamente ao tratamento oncológico, criando um ambiente, em conjunto com o hospital, em que o paciente pode ser atendido em todas as etapas do seu tratamento, por meio da operação conjunta de serviços de oncologia. no hospital “Casa de Saúde São José” e, posteriormente, em unidade operacional a ser construída em localidade adjacente ao referido hospital. Cada uma das partes tem participação de 50% nos resultados auferidos na parceria.

(e) Hospital Felício Rocho

Em 2020, a Companhia firmou contrato de parceria com o Hospital Felício Rocho, com intuito de viabilizar um tratamento de qualidade aos pacientes do Hospital e em virtude da utilização dos ativos do Hospital para prestação de serviços.

(i) Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (CNU)

Em 2020, a Central Nacional da Unimed – Cooperativa Central (CNU) e a Companhia firmaram uma parceria estratégica pelo prazo de 30 anos, para atender os beneficiários dos planos de saúde operados pela CNU, que tenham sido diagnosticados com doenças oncológicas e que busquem serviços médicos de oncologia. Essa parceria atende São Paulo, Bahia e Brasília.

(j) Unimed Leste Fluminense

Em 2019, a Companhia e a Casa de Saúde Santa Lúcia (hospital) investiram por meio da Navarra RJ Serviços Oncológicos S.A. visando a exploração de Serviços de Oncologia. As partes irão explorar os recursos advindos do contrato de parceria por meio da prestação de serviços de quimioterapia, prestação de serviços, médico-ambulatoriais; desenvolvimento e exploração direta de atividades relacionadas a serviços médicos, hospitalares e de assistência à saúde.

(k) Unimed Recife

Em 2024, a Companhia assinou um acordo de parceria com a Unimed Recife para atendimento ambulatorial dos beneficiários dos planos de saúde da cooperativa, incluindo pacientes do Sistema Nacional Unimed.

(l) Unimed Salto Itú

Em 2024, a Companhia firmou um acordo estratégico de longo prazo com a Unimed Salto/Itu para a prestação de serviços médicos ambulatoriais oncológicos e de terapias sistêmicas imunomediadas pelos próximos 30 anos. Pelo acordo, a Companhia assumirá a coordenação desses serviços para a Unimed Salto/Itu.

(j) Al Faisaliah Group

Em 2024, a Companhia assinou um acordo de joint venture com a Advanced Drug Company for Pharmaceuticals (subsidiária do Al Faisaliah Group) e a Specialized Medical Treatment Company. A JV, composta por 51% da Oncoclínicas e 49% da Advanced Drug Company, tem como foco inicial o desenvolvimento de uma unidade ambulatorial de quimioterapia, radioterapia e medicina diagnóstica em Riad, Arábia Saudita.

- **Aquisições**

Desde a sua fundação, a aquisição de empresas tem sido um dos pilares de crescimento da Companhia. Os diretores da Companhia entendem que a estratégia de aquisições permite gerar rápido crescimento ao grupo, com ganhos de escala na parte administrativa e assistencial, além de sinergias para a redução de custos em um modelo integrado. Além disso, a Companhia amortiza o ágio decorrente das aquisições, efetuando as deduções fiscais previstas na legislação brasileira. Essas sinergias tradicionalmente advêm da escala de compra de medicamentos junto aos fornecedores e na parte administrativa tradicionalmente a Companhia centraliza as principais atividades em sua Holding e em sua Central de Serviços Compartilhados onde é possível escalar e ter eficiência operacional.

As fontes de recursos para as aquisições são empréstimos e financiamentos bancários e a geração de caixa da Companhia. As aquisições constituem um relevante fator para justificar as variações de período para período, contribuindo para aumentar as receitas e os custos da Companhia, em decorrência do acréscimo de negócios que promovem.

Aquisições relevantes já concluídas na data deste Formulário de:

(a) UOCP

Em 2023, a Companhia concluiu com sucesso a aquisição de 100% da Unidade de Oncologia Pediátrica Ltda. ("UOCP"). Este ativo é uma clínica de tratamento oncológico ambulatorial, criada com o propósito de oferecer os mais avançados recursos disponíveis para o tratamento do câncer da criança e do adolescente na cidade de São Paulo.

(b) CEON

Em 2023, a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações do Centro de Excelência Oncológica S.A. ("CEON") e da Pontus Participações S.A. pela sua subsidiária Oncoclínicas Centro de Tratamento Oncológico S.A. A transação permitirá à Companhia (i) reduzir a participação minoritária em seus resultados e (ii) avançar em sua agenda de otimização da estrutura fiscal, na medida em que passará a deter indiretamente 100% de mais duas subsidiárias operacionais.

(c) Aliança e Onco Vida

Em 2023, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações da Aliança Instituto de Oncologia S.A. e da Onco Vida Instituto Especializado de Oncologia S.A. pela sua subsidiária Oncoclínicas Participações São Paulo Ltda. A transação permitirá a Companhia a contar com o controle completo das operações em Brasília.

(d) Ultraimagem

Em 2023, a Companhia concluiu a aquisição de 55% da Ultraimagem Ltda. pela subsidiária Talia Participações Ltda. Este ativo é uma clínica de serviços de diagnóstico por imagem, atendimento ambulatorial, assistência geriátrica, apoio a pacientes com necessidades especiais e assistência social na cidade de Teresina, estado do Piauí.

**(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

Não aplicável, tendo em vista que não houve variação de receita atribuível a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação, no último exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

**(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Na data deste Formulário de Referência, os negócios da Companhia são desenvolvidos no Brasil e quase a totalidade das suas receitas estão em reais. A Companhia possui apenas um projeto em execução no exterior, mas não há produção no local, se tratando de uma empresa não operacional.

Portanto, a Companhia é afetada diretamente pela conjuntura econômica do Brasil, que tem sido historicamente caracterizada por variações significativas em termos de crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio, principalmente flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por tais fatores e pelos efeitos de tais fatores sobre as taxas de desemprego, custos de financiamento, disponibilidade geral de crédito e salários médios no Brasil. Cabe ressaltar que toda a estrutura de custos da Companhia não é afetada pela variação do câmbio entre o real e o dólar norte-americano, uma vez que a precificação dos medicamentos utilizados pela Companhia em seus tratamentos é regulado pelo ministério da saúde e não é indexada em moeda estrangeira.

No ano de 2025 o PIB brasileiro (publicada pelo IPEA) apresentou um crescimento de 2,3% em relação ao ano de 2024. Essa retomada da atividade econômica colabora com nossos negócios uma vez que as pessoas tendem a voltar a fazer seus exames periódicos e retomam seus tratamentos recorrentes.

### **2.3 – Práticas contábeis: os Diretores devem comentar:**

**(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

**(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foram emitidos sem opiniões modificadas. O relatório do auditor para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 inclui uma ênfase sobre a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, onde a Companhia destaca a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a sua continuidade operacional. A Companhia conclui que as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional.

**2.4 – Efeitos relevantes: os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

No último exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não houve a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

**(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico estão disponíveis no item 1.12 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

**(c) Eventos ou operações não usuais**

No último exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

**2.5 – Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:**

**(a) Informar o valor das medições não contábeis**

#### **EBITDA e Margem EBITDA**

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156").

O EBITDA sugere o patamar de geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido/(prejuízo líquido) do período ou exercício adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), tampouco representam o fluxo de caixa para os exercícios e períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o prejuízo do exercício ou período, como indicadores do desempenho operacional, como indicadores de liquidez, tampouco como base para distribuição de dividendos. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por companhias que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156.

#### **EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada**

EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA do exercício ou do período, conforme o caso, ajustado somente por itens não operacionais, neste caso, ajustado por provisão do valor justo do plano de incentivo de longo prazo. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado elaborado por outras empresas. O EBITDA Ajustado apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, e não deve ser considerado isoladamente ou como substituto para o lucro líquido, lucro operacional ou fluxo de caixa operacional da Companhia, base de distribuição de dividendos ou indicador de liquidez, desempenho operacional ou capacidade de pagamento. A Companhia utiliza o

EBITDA Ajustado para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros resultados não operacionais e/ou itens extraordinários. A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

O EBITDA Ajustado para fins de *covenants* é uma medida não contábil elaborada pela Companhia especificamente para o cálculo de eventuais *covenants* financeiros presentes em alguns contratos de empréstimos e financiamentos. Corresponde ao EBITDA do exercício ou do período, conforme o caso, ajustado por itens não recorrentes e não operacionais, adicionado do EBITDA das aquisições do período para os 12 meses do exercício apurado.

### **Dívida Bruta**

A Dívida Bruta é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao somatório dos saldos dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, dos empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisições de empresas e das debêntures do passivo circulante e não circulante. A Dívida Bruta não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Bruta elaborada por outras empresas. A Companhia utiliza Dívida Bruta como medida para monitorar o cumprimento de suas obrigações contratadas com instituições financeiras líquidas de seus derivativos.

### **Dívida Líquida**

A Dívida Líquida é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao saldo da Dívida Bruta, líquido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários do ativo circulante e não circulante. A Dívida Líquida não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Líquida elaborada por outras empresas. A Companhia utiliza Dívida Líquida para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia divulgou as seguintes medições não contábeis:

<b>(Em milhares de reais)</b>	<b>Exercício social encerrado em</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
EBITDA	(1.693.031)	206.432
Margem EBITDA	(29,50%)	3,31%
EBITDA Ajustado	603.535	1.030.147
Margem EBITDA Ajustada	10,52%	16,54%
Dívida Bruta	3.612.936	5.418.020
Dívida Líquida	3.094.691	3.399.725

**(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

**Reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA**

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido / (prejuízo líquido) do período/exercício	(3.671.107)	(717.425)
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	1.172.227	536.908
(+/-) IR/CSLL corrente e diferido	508.465	60.570
(+) Depreciação e amortização	297.384	326.379
<b>EBITDA</b>	<b>(1.693.031)</b>	<b>206.432</b>
Receita Líquida	5.739.367	6.227.227
<b>Margem EBITDA</b>	<b>(-29,50%)</b>	<b>3,31%</b>

**Reconciliação do EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado**

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido / (prejuízo líquido) do período/exercício	(3.671.1074)	(717.425)
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	1.172.227	536.908
(+/-) IR/CSLL corrente e diferido	508.465	60.570
(+) Depreciação e amortização	297.384	326.379
<b>EBITDA</b>	<b>(1.693.031)</b>	<b>206.432</b>
(+) Despesas com plano de incentivo de longo prazo	22.182	27.646
(+) <i>Impairment</i>	2.273.027	796.069
<b>EBITDA Ajustado <sup>(1)</sup></b>	<b>603.535</b>	<b>1.030.147</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>(29,50%)</b>	<b>3,31%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada <sup>(2)</sup></b>	<b>10,52%</b>	<b>16,54%</b>

<sup>(1)</sup> EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA do exercício ou do período, conforme o caso, ajustado por item não caixa (i) despesas com plano de incentivo de longo prazo e (ii) *impairment*. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado elaborado por outras empresas. O EBITDA Ajustado apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, e não deve ser considerado isoladamente ou como substituto para o lucro líquido, lucro operacional ou fluxo de caixa operacional da Companhia, base de distribuição de dividendos ou indicador de liquidez, desempenho operacional ou capacidade de pagamento. A Companhia utiliza o EBITDA Ajustado para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros resultados não operacionais e/ou itens extraordinários.

<sup>(2)</sup> A Margem EBITDA Ajustado consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida da Companhia.

A Companhia entende que as despesas com planos de Incentivo de Longo Prazo (PILP) envolvendo outorga de ações restritas, incluindo os efeitos tributários, devem ser excluídas em função da característica patrimonial destes programas que visam reter os colaboradores chave. O programa de Incentivo de Longo Prazo prevê o direito do participante de efetivamente exercer as opções sendo condicionado ao participante permanecer continuamente vinculado e prestando serviços à Companhia

ou às suas sociedades Controladas, na qualidade de administrador, empregado ou prestador de serviço, a partir da presente data do contrato até as datas de aniversário (sendo cada período, um "Período de Aquisição de Direitos"). Por esse motivo, as despesas referidas a esse programa referem-se a uma provisão em razão da probabilidade de pagamento do prêmio.

### Conciliação da Dívida Bruta e Líquida

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo Circulante</b>	<b>2.896.230</b>	<b>4.660.784</b>
Instrumentos financeiros derivativos	2.427	32.191
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>4.234.284</b>	<b>6.541.548</b>
Instrumentos financeiros derivativos	-	7.016
<b>Passivo Circulante</b>	<b>5.201.940</b>	<b>2.453.206</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.176.502	756.132
Instrumentos financeiros derivativos	55.518	124
Contas a pagar por aquisições	204.962	85.494
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>866.167</b>	<b>5.366.701</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	109.342	4.161.075
Instrumentos financeiros derivativos	-	106.922
Contas a pagar por aquisições	69.039	347.480
<b>Dívida Bruta</b>	<b>3.612.936</b>	<b>5.418.020</b>
Caixas e Equivalentes de caixa	509.549	550.744
Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Circulante)	736	1.337.630
Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Não Circulante)	7.960	129.921
<b>Dívida Líquida</b>	<b>3.094.691</b>	<b>3.399.725</b>

**(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

### EBITDA e Margem EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA é a medida que proporciona informações úteis a potenciais investidores, analistas financeiros e ao público, para que possam analisar o desempenho financeiro da Companhia, sendo usado internamente como medida para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma compreensão útil da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

Já com relação à Margem EBITDA, a Companhia entende ser apropriado utilizá-la por se tratar de medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

## **EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado**

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado é a medida mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, sendo usado internamente como medida para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, o EBITDA Ajustado é uma medida mais precisa para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros resultados não operacionais e/ou itens extraordinários.

## **Dívida Bruta**

A Companhia utiliza Dívida Bruta para compreensão da sua condição financeira e dos seus resultados operacionais por entender se tratar da medida mais apropriada para monitorar o cumprimento de suas obrigações contratadas com instituições financeiras líquidas de seus derivativos.

## **Dívida Líquida**

A Companhia utiliza Dívida Líquida para compreensão da sua condição financeira e dos seus resultados operacionais por entender se tratar da medida mais apropriada para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

## **2.6 – Eventos subsequentes: identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente**

Em 18 de novembro de 2025 – data em que foi determinada a liquidação extrajudicial do Banco Master S.A. (“Banco Master”) e do Banco Master de Investimento S.A. (“BMI”) –, a Companhia divulgou Fato Relevante ao mercado para informar sobre o vencimento antecipado integral de seu crédito contra o BMI, e, ainda, que tomaria todas as medidas cabíveis visando a formalização e exercício da opção de compra sobre as cotas dos fundos de investimento detentores de ações de emissão da Companhia (“FIPs”), nos termos do Instrumento de Repactuação celebrado entre a Companhia e BMI.

Em janeiro de 2026 a Companhia ingressou com medida judicial com o objetivo de resguardar seus direitos previstos no Instrumento de Repactuação. A referida ação é uma tutela antecipada em caráter antecedente que tramita sob sigilo de justiça e que ainda não alcançou seu desfecho definitivo. A ação ajuizada pela Companhia, destina-se, em síntese, à obtenção de um provimento judicial liminar para impedir o BRB – Banco de Brasília S.A – atual detentor das cotas dos FIPs - de promover alterações na gestão e/ou na governança dos FIPs e de dispor sobre as cotas e os ativos dos FIPs, mantendo-se, assim, no patrimônio dos FIPs, as ações de emissão da Companhia objeto da opção de compra.

Os fatos aqui delineados foram devidamente divulgados ao mercado e reguladores por meio de Fatos Relevantes datados de 22/10/2025, 18/11/2025 e 15/12/2025 e Comunicado ao Mercado datado de 30/01/2026.

Em fevereiro de 2026 a Companhia e certas controladas, na qualidade de credoras, manifestaram sua adesão ao Plano de Recuperação Extrajudicial da Unimed do Estado do Rio de Janeiro — Federação Estadual das Cooperativas Médicas. A validade da adesão, sua eficácia e exequibilidade estão sujeitas, dentre outras condições, às aprovações societárias finais pertinentes por parte das credoras, incluindo aprovação do Conselho de Administração. O processo judicial que versa sobre o tema tramita em sigilo de justiça.

Em 03 de fevereiro de 2026, a companhia convocou assembleia geral de debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures de CPO, na qual foi aprovado o perdão (“waiver”) relacionado ao não cumprimento do índice de cobertura de juros (EBITDA / Despesa Financeira Líquida), previsto na respectiva escritura da emissão, apurado com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Em 3 e 4 de março de 2026, a Companhia convocou assembleias gerais de debenturistas das 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Emissões de Debêntures para deliberar sobre a concessão de renúncia prévia (“waiver”) em relação à não observância do índice financeiro previsto nas respectivas escrituras de emissão, correspondente à razão entre Dívida Líquida e EBITDA. O referido índice é apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A solicitação de waiver tem como objetivo afastar evento de inadimplemento previsto nas escrituras de emissão, caso seja confirmada a não observância do referido índice. Caso o índice apurado esteja em conformidade com os limites estabelecidos contratualmente, a referida renúncia perderá seus efeitos.

Em 9 de março de 2026, a Administração da Companhia iniciou discussões com credores financeiros com o objetivo de avaliar a eventual prorrogação de prazos de pagamento de parcelas de principal e juros com vencimento nos meses subsequentes (“standstill”). A iniciativa foi precedida pela convocação de assembleias de debenturistas da Companhia e de determinadas controladas para deliberar sobre a concessão de renúncia prévia (waiver) para eventual não observância de índice financeiro previsto nas escrituras de emissão de debêntures, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Em 9, 16 e 31 de março de 2026, a Companhia celebrou acordos de standstill com credores financeiros, com vigência até 31 de maio de 2026, os quais preveem a não caracterização de eventos de inadimplência em caso de não pagamento de obrigações financeiras ou eventual vencimento antecipado de dívidas nesse período. A manutenção desse período de carência está condicionada à não realização, pela Companhia, de pagamentos de principal, juros, amortizações ou quaisquer valores relacionados a dívidas financeiras, incluindo aquelas junto a instituições financeiras e decorrentes de emissões no mercado de capitais, tais como debêntures e certificados de recebíveis imobiliários (CRI).

Adicionalmente, também foram concedidas renúncias prévias para a não observância do índice financeiro de Dívida Líquida / EBITDA, apurado com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, sem que houvesse a configuração de Evento de Inadimplemento para a 1ª Emissão de Debêntures de CPO e a 12ª Emissão de Debêntures da Companhia.

Em 16 de março de 2026, em Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures de Multihemo também houve a concessão de renúncia prévia para a não observância do índice financeiro de Dívida Líquida / EBITDA, apurado com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, sem que houvesse a configuração de Evento de Inadimplemento. Bem como, concedido período de carência (“standstill”) válido até 31 de maio de 2026, sem que haja caracterização de evento de inadimplemento e/ou vencimento antecipado pelo não pagamento de dívidas financeiras no período.

Em 2 de abril de 2026, a Companhia também obteve renúncia prévia (“waiver”) para o descumprimento do covenant financeiro, baseado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral de Debenturistas para a 9ª Emissão de Debêntures da Companhia.

Até a data de publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, a Companhia ainda não havia recebido posicionamento formal quanto à deliberação de renúncia prévia (“waiver”) para as seguintes dívidas: CRIs 2022 e 2023 (todas as emissões), bem como 11ª Emissão de Debêntures da Companhia.

Em 13 de março de 2026, a Companhia celebrou Termo de Compromisso não vinculante com a Porto Seguro S.A. (“Porto”), estabelecendo os principais termos e condições para a potencial constituição de uma nova sociedade (“NewCo”), no contexto de uma possível reorganização de seus ativos relacionados às clínicas oncológicas. Nos termos preliminares acordados, a Companhia aportaria na NewCo o seu negócio de clínicas oncológicas, enquanto a Porto realizaria investimento primário no montante de R\$ 500.000, podendo resultar em participação de, no mínimo, 30% do capital social total e no controle do capital votante da NewCo. Adicionalmente, está prevista a emissão de debêntures conversíveis em ações, a serem subscritas pela Porto, no valor total de R\$ 500.000, com vencimento em até 48 meses e remuneração equivalente a 110% do CDI. A estrutura da operação contempla, ainda, a eventual transferência de parcela do endividamento da Companhia para a NewCo. A concretização da potencial operação está sujeita à negociação e formalização dos documentos definitivos, bem como ao cumprimento de condições precedentes usuais, incluindo, entre outras, a conclusão de due diligence, a obtenção das aprovações regulatórias aplicáveis e as aprovações societárias necessárias.

Em 22 de março de 2026, foi celebrado termo aditivo ao referido compromisso para inclusão da Fleury S.A. como parte integrante e signatária do instrumento.

A Companhia ressalta que o referido instrumento possui caráter preliminar e não vinculante, não havendo, até a presente data, obrigação de conclusão da operação. A conclusão da operação permanece sujeita à negociação e celebração dos documentos definitivos, bem como ao cumprimento de condições precedentes usuais, não havendo, até a presente data, obrigação firme de sua concretização.

Em 6 de abril de 2026, a Companhia recebeu a renúncia do Sr. Marcelo Gasparino da Silva ao cargo de membro do Conselho de Administração. Em decorrência do sistema de eleição por voto múltiplo, um novo Conselho de Administração precisará ser eleito. A eleição dos novos membros será deliberada em

Assembleia Geral Extraordinária convocada para 30 de abril de 2026.

Conforme informado em Fato Relevante de 08/04/2026, a Administração está avaliando a potencial interposição de medida cautelar perante a Justiça visando à proteção em relação à cobrança de credores, tendo em vista a possibilidade de a Companhia vir a descumprir os índices financeiros (Dívida Líquida/EBITDA) referente ao exercício social de 2025, previstos nas escrituras de emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida.

Até a finalização deste documento, não havia sido tomada uma decisão final sobre a efetiva interposição do Pedido Cautelar na Justiça e nem quando seria eventualmente realizada.

**2.7 – Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:**

	2025
<b>(a) Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>O estatuto social da Companhia prevê que, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e demais tributos sobre o lucro, 5% do valor deverá ser destinado a reserva legal, até que o saldo desta atinja 20% do capital social da Companhia. O valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.</p> <p>Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimento", cujo valor poderá corresponder até 100% do saldo remanescente do lucro líquido, que terá por fim financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia e não deverá exceder o valor do capital social.</p>
<b>(a.i) Valores das retenções de lucros</b>	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.
<b>(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	N/A

	2025
<p><b>(b) Regras sobre redistribuição de dividendos</b></p>	<p>O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo mínimo obrigatório, o qual poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) importância destinada à constituição de reserva legal; e</li> <li>(ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.</li> </ul>
<p><b>(c) Periodicidade das distribuições de dividendos</b></p>	<p>A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, levantar balanço semestral, trimestral ou mensal e declarar dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Estatuto Social também autoriza o pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>

	2025
<p><b>(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b></p>	<p>Nos termos das escrituras de emissão da 8ª, 9ª e 10ª emissão de debêntures da Companhia, conforme descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência, caso a Companhia esteja em mora no âmbito destes contratos, a distribuição de dividendos que não o dividendo mínimo obrigatório culminará no vencimento antecipado das dívidas.</p>
<p><b>(e) Se o emissor possui uma política de destinação de Resultados formalmente aprovada, informando Órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b></p>	<p>A Companhia não possui uma política de Distribuição de Dividendos formalmente aprovada.</p>

**2.8 – Itens não evidenciados: os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

No último exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não havia ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não apareceram nos respectivos balanços patrimoniais (*off-balance sheet items*).

**(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

No último exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não havia carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido.

**(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

No último exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, Não havia contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos respectivos balanços patrimoniais da Companhia.

**(iii) Contratos de construção não terminada**

No último exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não havia contratos de construção não terminada não evidenciados nos respectivos balanços patrimoniais da Companhia.

**(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

No último exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, não havia contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos respectivos balanços patrimoniais da Companhia.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao últimos exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

**2.9 – Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:**

**(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

**(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

**2.10 – Plano de negócios: os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**(a) Investimentos, incluindo:**

**(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A Companhia atua no segmento de serviços de saúde por meio clínicas de oncologia, laboratórios de genômica, anatomia patológica e *câncer centers* no Brasil. Atualmente a Companhia opera a maior rede de clínicas oncológicas do Brasil, com 146 unidades localizadas estrategicamente em 48 cidades do Brasil e 1 unidade localizada em Riade na Arábia Saudita.

Com a contínua busca pela eficiência e melhora operacional da Companhia, continua investindo em diversas frentes operacionais, incluindo reformas na infraestrutura das atuais unidades e expansão de novas clínicas em localização em que a Companhia ainda não está presente e sistemas, automatização de rotinas, além de investimentos em equipamentos, computadores, licenças, entre outras despesas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Companhia investiu em novas tecnologias com o intuito de aumentar o nível de serviço prestado. Dentre as diversas iniciativas, podemos destacar o desenvolvimento dos centros integrados de tratamento de câncer, a modernização de sistemas e tecnologias envolvidas no tratamento do paciente em clínicas e laboratórios de anatomia patológica e o desenvolvimento das atividades de bioinformática.

Em termos de valores, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o desembolso de caixa relacionado aos investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível totalizou R\$175.768 e R\$214.245.

**(ii) Fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia pretende continuar financiando suas operações a partir de uma combinação de recursos decorrentes de suas atividades operacionais e empréstimos e financiamentos bancários.

**(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos. Em 2025, a Companhia realizou desinvestimentos relevantes, conforme descrito a seguir:

- (i)** previsão da alienação da participação no Instituto Materno Infantil de Minas Gerais S.A. ("HVS"), tendo como adquirente o Felício Rocho;
- (ii)** previsão da alienação da participação no Complexo Hospitalar Uberlândia S.A. ("UMC"), tendo como adquirente Alexandre de Menezes Rodrigues; e
- (iii)** celebração de instrumentos de distrato de contratos de locação atípica de imóvel não residencial, na modalidade built to suit (BTS), compreendendo: (a) o Contrato BTS São Paulo, firmado com a Vergueiro I Participações S.A. ("Locadora"), sociedade afiliada da Cedro Participações S.A. ("Cedro") e sua sucessora no referido contrato; e (b) o Contrato BTS Belo Horizonte, firmado com a Castelo Byblos Participações S.A. ("Locadora"), também afiliada à Cedro.

**(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Na data deste Formulário de Referência, não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

**(c) Novos produtos e serviços, indicando:**

**(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

**(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

A companhia publica anualmente o seu Relatório Anual de Sustentabilidade no website de Relações com Investidores, onde apresentamos as principais entregas relacionadas aos pilares ambiental, social e de governança. Além disso, a Companhia possui uma Política de Sustentabilidade que contempla as diretrizes de sustentabilidade. No entanto, atualmente a Companhia não adota indicadores de desempenho baseados em questões ASG, para fins de seus planos de negócios.

Contamos com um Plano Diretor ASG, estruturado com o apoio de uma consultoria especializada. Diretrizes do Plano Diretor de ASG:

- a) Ambiental, com nossas iniciativas para dar preferência pela utilização de localizações com uso de energia eficiente, e adesão aos mais altos padrões de destinação de resíduos;
- b) Social, com a promoção de campanhas de conscientização sobre o câncer, seus tratamentos e promoção de hábitos de vida saudáveis para a população brasileira; foco na melhoria da condição de saúde de seus empregados; fomento do treinamento continuado de seus médicos para melhoria no tratamento de seus pacientes, elevando o padrão de tratamento no Brasil; e
- c) Governança, com processos padronizados, protocolos e registros em suas clínicas, revisão periódica de suas políticas, diretrizes, códigos, como por exemplo o de conduta e ética, para manutenção de elevados padrões de Compliance, detentora do selo Pró-Ética.

**2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 2.